

HISTÓRIA DO AUTISMO NO BRASIL: O ATIVISMO MATERNO EM UM CONTEXTO HISTÓRICO E FEMINISTA¹

HISTORY OF AUTISM IN BRAZIL: MATERNAL ACTIVISM IN A HISTORICAL AND FEMINIST CONTEXT

João Paulo dos PASSOS-SANTOS²

Carlos HEROLD JUNIOR³

Nesta resenha do livro *Não existe mãe-geladeira: uma análise feminista da construção do ativismo de mães de autistas no Brasil (1940-2019)*⁴, de Bruna Alves Lopes (2024), exploramos a análise feminista histórico-sociológica da autora sobre a história do ativismo materno no Brasil. O objetivo desta resenha é compreender como essa perspectiva crítica de gênero desmistifica a culpabilização materna – central ao mito da “mãe-geladeira” – e evidencia a agência política dessas mulheres. O livro é resultado da pesquisa de Doutorado concluída pela autora em 2019. Ela é uma das principais estudiosas brasileiras sobre a dimensão histórica do autismo em solo nacional.

As pesquisas que resultaram na obra em questão lançam mão da imprensa de periódicos (matérias em revistas e jornais e cartas enviadas), legislação, autobiografias e entrevistas. Nessa perspectiva crítica, Lopes (2024) desvenda a “mãe-geladeira”, que ela identifica como um mecanismo patriarcal de controle social e culpabilização feminina, o qual reforçava estereótipos de gênero. Como a autora argumenta, a culpa é “uma subjetividade distante do fazer político e, portanto, benéfica para a perpetuação do patriarcado” (p. 237). A autora apresenta a jornada dessas mulheres como força de transformação social em um contexto difícil.

O objetivo da obra é compreender o que os sujeitos entendiam em relação ao fenômeno no período estudado e observar as mudanças e permanências na imagem que as mulheres que se engajaram em prol de seus filhos autistas possuem sobre o tema e sobre seu papel como mães e mulheres. A análise percorre seis capítulos, da origem do discurso sobre o autismo à organização coletiva e à reivindicação de políticas públicas.

Os capítulos iniciais do livro exploram a intrínseca relação entre o autismo e a maternidade, destacando como o discurso médico historicamente influenciou a percepção das

¹ <https://doi.org/10.1590/1980-54702026v32e0124>

² Docente em Educação Especial no Instituto Federal do Paraná (IFPR). Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (PPE-UEM). Curitiba/Paraná/Brasil. E-mail: joao.santos@ifpr.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7121-0860>

³ Doutor em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná (PPGE-UFPR). Docente na UEM, nos Programas de Pós-Graduação em Educação (PPE), Educação Física (PEF) e Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional (PROEF). E-mail: chjunior@uem.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7962-274X>

⁴ O e-book está disponível gratuitamente no site da editora, embora não haja informações sobre a aquisição de versões impressas: <https://www.textoecontextoeditora.com.br/produto/detalhe/nao-existe-mae-geladeira-uma-analise-feminista-da-construcao-do-ativismo-de-maes-de-autistas-no-brasil-1940-2019--1%C2%AA-edicao/123>

mães, atribuindo-lhes responsabilidade pela condição. O Capítulo 1, intitulado “A construção do autismo e o lugar social da mãe”, detalha o surgimento do termo “mãe-geladeira” nos trabalhos de Kanner e Bettelheim, uma teoria refutada que erroneamente vinculava o autismo a falhas afetivas maternas e reforçava estereótipos de gênero. É importante notar que, em 1969, “Kanner pediu, oficialmente, desculpas”, mas que Bettelheim nunca o fez (Lopes, 2024, p. 24).

O Capítulo 2 – “O ativismo em autismo na década de 1960” – volta-se para o ativismo materno das décadas de 1960 e 1970, ressaltando a influência de associações internacionais como a *National Society for Autistic Children* (NSAC), dos Estados Unidos, e a *National Autistic Society* (NAS), da Inglaterra, que inspiraram movimentos iniciais no Brasil, contestaram teorias psicogênicas e promoveram uma visão biológica do autismo, além de criarem redes de apoio. O Capítulo 3, denominado “Autismo no Brasil: primeiras notícias na imprensa escrita”, analisa a imprensa brasileira entre 1950 e 1970, mostrando como periódicos da época perpetuaram a imagem de pais “frios e intelectuais” como causadores do autismo (Lopes, 2024, p. 74), evidenciando a desinformação e o estigma difundidos.

Os capítulos seguintes – 4, 5 e 6 – descrevem o desenvolvimento do ativismo materno. O Capítulo 4, “O despertar do ativismo materno a partir da década de 1980”, destaca como a democratização no Brasil impulsionou a articulação de mães de autistas. Essa organização é evidenciada pela formação de associações pioneiras – Associação de Amigos do Autista de São Paulo (AMA-SP), Associação de Pais de Autistas do Rio de Janeiro (APARJ) e Associação Terapêutica Educacional para Crianças Autistas do Distrito Federal (ASTECA-DF) – e pela participação em audiências públicas. Nota-se que tal discussão se situa historicamente no complexo debate nacional sobre a transição de um modelo segregacionista para a busca por integração e inclusão na educação e na sociedade. A problematização do ativismo também remete ao debate sobre o papel atual das instituições especializadas.

A resenha aponta, assim, com base em França e Prieto (2021), para uma atenção à “lógica do mercado, na forma de gestão da educação pública que assume as diretrizes da gestão empresarial” (p. 366) no financiamento estatal dessas instituições. Torna-se necessário, portanto, levantar a crítica sobre a necessidade de que estas, ao receberem recursos públicos, passem por maior avaliação sistemática sobre a qualidade do ensino oferecido – um dilema importante para a efetivação dos direitos educacionais das pessoas público da educação especial, dentre elas as autistas, e para manter a defesa pela ampliação do fundo público às instituições públicas.

Na sequência, o Capítulo 5, “Histórias, relatos de si e autismo”, explora autobiografias e relatos pessoais. Essa dimensão íntima é fundamental, pois, ao lado da agência política, emerge a realidade da sobrecarga e do esgotamento das mães, enfatizando a necessidade de políticas públicas de suporte à saúde familiar. Infere-se a necessidade de ampliação de intervenções – como o suporte via Unidades Básicas de Saúde (UBS) – especialmente para as mulheres, que frequentemente são as mais atingidas pelo esgotamento derivado dos cuidados de seus filhos. Por fim, o Capítulo 6, “Ativismo e internet dos anos 1990 a 2019”, aborda a influência da internet na organização do ativismo, ressaltando como a conectividade trouxe novas possibilidades de engajamento e visibilidade, mas também desafios, como disputas internas entre diferentes visões do autismo.

Nas Considerações Finais, a autora responde ao objetivo ao descrever a trajetória do entendimento sobre o autismo – de uma patologia emocional causada pela mãe para uma questão de luta por direitos que exige corresponsabilidade. Simultaneamente, ela mostra a profunda transformação na imagem da mãe de autista, que, de figura culpabilizada e estigmatizada, emerge como uma protagonista política e ativista, redefinindo seu papel social e a própria maternidade. O livro aborda a história do autismo no mundo e no Brasil com uma análise bem fundamentada, citando psiquiatras como Léo Kanner, Hans Asperger e Lorna Wing como importantes na formulação do conceito desde 1940.

A obra é fundamental, pois, ao desnaturalizar a culpabilização materna e evidenciar a agência política feminina, oferece uma reflexão crítica sobre a intersecção entre gênero, saúde mental e políticas públicas. O ativismo estudado por Lopes (2024) torna-se um prisma para analisar o financiamento da Educação Especial e os dilemas da inclusão, ressaltando o associacionismo como um mecanismo fundante para a reivindicação de direitos. *Não existe mãe-geladeira* configura-se como leitura indispensável para entender essa intersecção, alcançando pesquisadores e todos os envolvidos na causa. Ademais, olhar para as produções maternas nesse contexto é entender o lugar de fala como “um mecanismo para exporem publicamente suas percepções acerca do fenômeno e criarem uma articulação entre autismo, *advocacy* e ativismo materno” (Lopes, 2020, p. 524).

REFERÊNCIAS

- França, M. G., & Prieto, R. G. (2021). Disputa pelo fundo público no financiamento da educação especial: correlações de forças entre o público e o privado. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, 37(1), 351-372. <https://doi.org/10.21573/vol37n12021.106449>
- Lopes, B. A. (2020). Autismo, narrativas maternas e ativismo dos anos 1970 a 2008. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 26, 511-526. <https://doi.org/10.1590/1980-54702020v26e0169>
- Lopes, B. A. (2024). *Não existe mãe-geladeira: uma análise feminista da construção do ativismo de mães de autistas no Brasil (1940-2019)*. Texto e Contexto.

Disponibilidade de dados

Não se aplica.

Editoras responsáveis

Aline Maira da Silva (Editora-chefe)

Débora Regina de Paula Nunes (Editora associada)

Recebido em: 09/07/2025

Reformulado em: 19/10/2025

Aprovado em: 21/10/2025

